

**COMPARATIVO DA GRADE CURRICULAR DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
DA UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA COM OS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS
COBRADOS EM CONCURSOS PÚBLICOS¹**

***COMPARATIVE OF THE CURRICULAR CLASS OF THE CRUZ HIGH UNIVERSITY
ACCOUNTING SCIENCE COURSE WITH THE PROGRAM COVERED IN PUBLIC
CONTEST***

Silveira, Tainan Rodrigues²;
Castro, Marcelo Gonçalves³

RESUMO

Nos dias atuais os altos índices de desemprego assolam a população, devido às crises econômicas recorrentes e o alto teor de competitividade no mercado de trabalho. Decorridos desses fatores o ingresso ao setor público de forma efetiva por concursos públicos proporcionam a estabilidade no mercado de trabalho tão almejada. O presente trabalho tem como objetivo geral analisar se a grade curricular atual do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Cruz Alta (Unicruz) contempla os conteúdos programáticos dos editais de concursos para bacharéis em Ciências Contábeis. A fundamentação teórica foi construída através de pesquisa bibliográfica qualitativa. O método de pesquisa consiste principalmente em pesquisa documental qualitativa e quantitativa para realização dos paralelos entre a grade curricular do curso e os editais dos concursos selecionados. Através dos resultados foi apontado os pontos positivos e deficitários da grade curricular do curso. Diante dos resultados como principais conclusões apontar os pontos positivos e os a serem melhorados na grade curricular.

Palavras-chave: Grade Curricular. Editais. Pontos Deficitários. Estabilidade.

ABSTRACT

Today's high unemployment rates plague the population, due to recurring economic crises and the high level of competitiveness in the job market. As these factors have resulted in effective entry into the public sector through public contests, they provide the desired stability in the job market. The present work has as general objective to analyze if the curricular grid current of the Course of Accounting Sciences of the Cruz Alta University (Unicruz). The theoretical foundation was built through qualitative bibliographic research. The research method consists mainly of qualitative and quantitative documental research to carry out the parallels between the course menu and the edicts of the selected contests. Through the results, it was pointed out the positive and deficit points of the course curriculum grid.

Keywords: Curriculum Grid, Edicts, Deficit Points, Stability.

¹ Trabalho Final de Graduação apresentado ao Curso de Ciências Contábeis, da Universidade de Cruz Alta, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

² Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ. Email: tainanrodrigues16@hotmail.com

³ Professor do curso de Ciências Contábeis da UNICRUZ, bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas e em Ciências Contábeis – Unicruz e mestre em Desenvolvimento Rural. Email: marccastro@unicruz.edu.br

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais os altos índices de desemprego assolam a população, devido às crises econômicas recorrentes e a alta competitividade no mercado de trabalho. Um exemplo foi a crise econômica mundial que teve origem em 2008, que aumentou os índices de desemprego, o que acarretou uma maior insegurança aos empregados no setor privado.

Mas apenas possuir um ensino superior concluído não proporciona uma estabilidade no mercado de trabalho, como acontecia em décadas passadas. A busca por essa segurança remete a estabilidade trazida pelo serviço público, como próprio nome retrata o “público” é o setor que atua em prol da comunidade, trabalhando a fim de cumprir suas obrigações como Estado, cujo provimento de cargos efetivos é decorrente de concursos públicos.

O ingresso ao setor público de forma efetiva por concursos públicos proporciona a estabilidade tão almejada, e mais ainda, é forma de seleção isométrica e meritocrata, selecionando os candidatos mais qualificados por meio de provas, que estão se tornando mais rígidas nos conteúdos cobrados. O concurso público torna-se então, no meio de seleção de pessoal mais transparente e justo visando os princípios de igualdade.

Entre as vantagens de tornar-se um servidor público, a estabilidade é a mais almejada, que teve os pressupostos implantados na Constituição Federal de 1988 através da Emenda Constitucional nº 19/1998, na qual vários dispositivos legais foram alterados no que tange o servidor público.

Os concursos públicos são abrangentes às diversas áreas de atuação, contudo tem áreas que se sobressaem por possuírem melhores remunerações e maior número de vagas. Dentre essas, a área contábil, que está presente em diversas instituições nos âmbitos municipais (prefeituras e câmaras municipais), estaduais (tribunais e secretarias) e federais (autarquias, tribunais, receita federal, fundações e empresas de economia mista). A grande gama de benefícios, dentre esses, estabilidade, vantagens pecuniárias e remuneração razoável, torna os concursos públicos extremamente concorridos, o que vem tornando os editais cada vez mais severos no quesito de conteúdos programáticos.

Todas essas circunstâncias acabaram tornando os concursos públicos cada vez mais concorridos, e que ocasionaram editais progressivamente mais severos para diminuir os concorrentes, deixando apenas os mais aptos para adentrar ao funcionalismo público.

Em um segmento que está cada vez mais concorrido, onde os editais têm se tornado mais complexos devido à grande procura, e assim afunilam os concorrentes às vagas ofertadas pelos concursos públicos, torna-se importante analisar e fazer um comparativo da grade curricular do curso de Ciências Contábeis da UNICRUZ (Universidade de Cruz Alta) com os conteúdos programáticos cobrados em concursos públicos.

Justifica -se este trabalho, tendo em vista a alta concorrência e o número cada vez mais escasso de vagas oferecidas, que tornam os concursos público cada vez mais procurados. Sendo portanto de suma importância verificar se a atual grade curricular do Curso de Ciências Contábeis abrange os conteúdos programáticos dos editais, dos concursos atuais para os acadêmicos que pretendem adentrar às concorridas disputas por vagas em cargos públicos.

Este estudo torna-se importante visto o grande interesse dos acadêmicos do curso de Ciências Contábeis a este segmento de mercado identificado, o que se verificou em enquete realizada com acadêmicos da UNICRUZ. O estudo de caso tem como público alvo, os acadêmicos do curso de Ciências Contábeis, tanto quanto a Instituição educadora UNICRUZ, e assim localizar se existem lacunas na grade curricular do curso de Ciências Contábeis, uma vez que se pressupõe que o bacharel em Ciências Contábeis possua um vasto leque de possibilidades abertas pelos concursos públicos, como vagas universais para graduados, tanto quanto específicas, para contador, auditor fiscal e tributário, dentre outras.

Em enquete prévia realizada com os acadêmicos da UNICRUZ do primeiro ao sétimo semestre, em que foram abordados alguns assuntos referentes aos concursos públicos, dentre os acadêmicos há intenção de após a conclusão do curso concorrer a cargos efetivos do setor público. Os dados apontaram que 48% já prestaram concursos públicos, e o índice aumenta quando se trata sobre a pretensão futura chegando a 88% dos entrevistados. Os acadêmicos também foram questionados sobre a motivação para concorrer a cargos efetivos do setor público, e no que tange os resultados apresentados, pode-se ressaltar a estabilidade como um dos principais fatores, sendo lembrado por 60% dos acadêmicos abordados.

O objetivo geral deste estudo, é analisar se a grade curricular atual do curso de Ciências Contábeis da UNICRUZ, contempla os conteúdos programáticos dos editais de concursos para bacharéis em Ciências Contábeis. Já como objetivos específicos, quer identificar os conteúdos programáticos dos editais dos concursos mais procurados, detectar os conteúdos previstos nas ementas oferecidas pelo Curso de Ciências Contábeis da Unicruz, e por fim traçar um paralelo

entre os conteúdos da grade curricular e dos editais.

Através dos resultados do estudo de caso, deixar como legado, para a instituição, a proposição de que, se ao analisar a grade curricular apresentar se alguma defasagem, em sua grade curricular, em relação aos conteúdos programáticos dos editais dos concursos que favorecem os bacharéis de ciências contábeis, sugerir as devidas alterações, visando a melhora da grade curricular no preparo dos acadêmicos para o segmento do setor público.

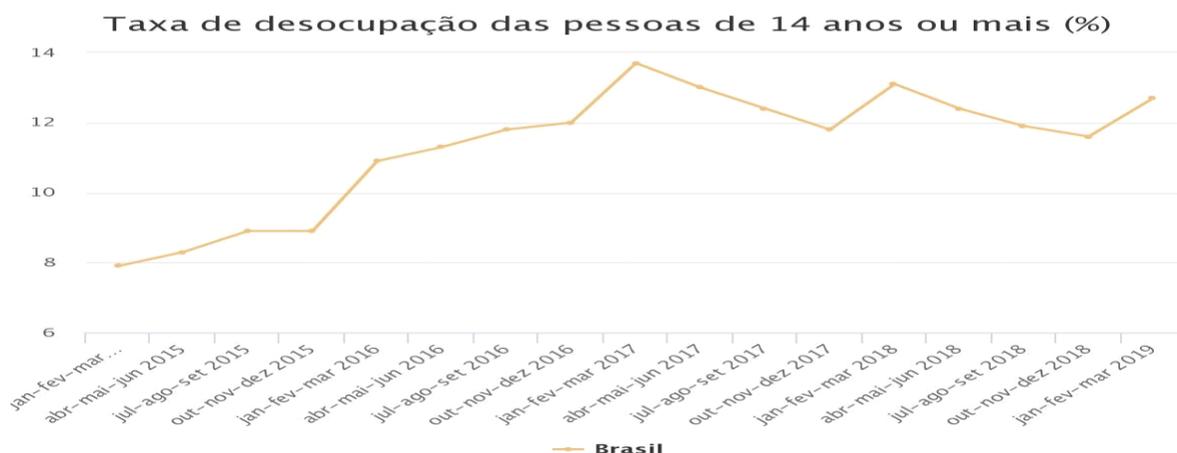
Para tanto num primeiro momento será abordada uma contextualização do mercado de trabalho, após aspectos históricos sobre o serviço público, por conseguinte breve apresentação sobre o funcionalismo público, em seguida abordagem sobre os concursos públicos, e por fim os resultados do comparativo realizado.

2.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente capítulo abordará os principais conceitos e aspectos relacionados à contextualização atual do mercado de trabalho, serviço público, funcionalismo público, concurso público.

2.1 Contextualização atual do mercado de trabalho

No aspecto atual do mercado brasileiro, que ainda se recupera lentamente da crise econômica que iniciou em 2008, agravou-se os índices de desemprego, segundo dados do IBGE(2019) apresentados no gráfico abaixo:



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua mensal

No início de 2015 o índice de desemprego girava de 7,9% e chegou ao pico de 13,7% no primeiro trimestre de 2017 e atualmente fica em torno de 12,7% no primeiro trimestre de 2019.

Como a mão de obra está cada vez mais qualificada, a competitividade causada pelo alto índice de desemprego ocasiona a insegurança até mesmo para os que possuem ensino superior. Por esses fatores o serviço público está cada vez mais atrativo, o que faz com que os concursos públicos estejam cada vez mais acirrados.

No setor privado, embora melhoria educacional, ainda vemos que a inserção e permanência no mundo do trabalho está cada vez mais difícil, contudo a competitividade para o ingresso no setor público também é acirrada (Nogueira, 2005 Não paginado).

O desemprego acaba levando pessoas para informalidade, mas também de volta para os estudos para os que visam serem aprovados em concursos públicos.

2.2 Serviço Público

O serviço público tem sua origem oficial na França durante o governo de Napoleão Bonaparte como ressalta Lima (2014) “Com Napoleão, liberdade, igualdade e nacionalidade haviam deixado de ser meras ideias; passaram a estar nas leis e na nova maneira de encarar a vida na Europa, pela qual a nova classe dominante – a classe média – podia ascender ao poder.” E para Chevallier (2007, p.77). “Ele figura entre as imagens fundadoras sobre as quais apoia a identidade coletiva; mexer com o serviço público é considerado um ato de sacrilégio, que pode atingir os fundamentos do Estado e ferir a unidade nacional”.

Porém seu primórdio é oriundo da Grécia antiga, “era prestado pelos detentores de grandes fortunas em forma de imposição honrosa, e não pelo poder organizado em forma de estado” (JUSTEN, 2003, p. 17). Com isso os pilares do serviço público tiveram origem caracterizando o Estado como uma entidade que trabalha em prol do coletivo.

Já no Brasil, segundo Negreiros (2014) o serviço público tem seu surgimento em 1808 juntamente com a instalação da família Real portuguesa, visto a necessidade de desenvolver a colônia para anivelar aos parâmetros europeus tanto em diplomacia real quanto em quesitos

administrativos. Ainda conforme Negreiros (2014) o funcionalismo público veio ganhar força apenas após a proclamação da república em 1889, trabalhando direta e indiretamente com a administração, executando ações públicas nos serviços básicos vistas às necessidades dos cidadãos brasileiros que precisavam de auxílio do Estado. A Constituição Federal de 1988 em seu art. 175, caput, qualifica como dever do Estado a prestação de serviços públicos nos seguintes termos,

Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos. Parágrafo único. A lei disporá sobre:

I- o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

II - os direitos dos usuários;

III - política tarifária;

IV - a obrigação de manter serviço adequado.

O serviço público conforme Grotti,

Trata-se de uma atividade de titularidade do Poder Público, que não se desnaturam quando a execução é delegada a particulares, pois a Constituição fixa um vínculo orgânico com a Administração, ao dispor, no caput do art. 175, que incumbe ao Poder Público a prestação de serviços públicos, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão (2003, p.89).

O Estado age através do serviço público para atender o interesse coletivo visando o desenvolvimento da sociedade e amenizando as disparidades entre a população.

Serviço público é todo aquele prestado pela Administração ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades essenciais ou secundárias da coletividade ou simples conveniências do Estado” (MEIRELLES apud MORAES et al, 1996, p. 71).

Já o conceito empregado sobre o serviço público para Di Pietro (2018, p.124) é que

Toda atividade material que a lei atribui ao Estado para que a exerça diretamente ou por meio de seus delegados, com o objetivo de satisfazer concretamente às necessidades coletivas, sob regime jurídico total ou parcialmente público.

O serviço público é de suma importância para sociedade com o princípio de suprir as necessidades básicas da população.

2.3 Funcionalismo Público

O funcionalismo público teve sua origem juntamente com o Estado, sendo o agente público o executor de suas tarefas para com a população. Com o passar das décadas o Estado passou por reformas, assim como o funcionalismo público, passando de um Estado Liberal, para o Estado Social. Para Grotti (2003 p.71) o Estado Liberal “desempenhava de uma atividade protetora e garantidora dos direitos individuais considerados valiosos pelos particulares”, que se transformou então em um Estado Social, que para Alves (2014, p.6),

No Estado Social o serviço público está voltado não apenas a atividade protetora e garantidora dos direitos individuais como no Estado Liberal, mas, principalmente, a promoção dos direitos individuais e sociais, atendendo às necessidades da sociedade.

No que tange o serviço público, é importante ressaltar o conceito de servidor público, para Di Pietro (2018, p.124)

Não é tarefa fácil definir o serviço público, pois a sua noção sofreu consideráveis transformações no decurso do tempo, quer no que diz respeito aos seus elementos constitutivos, quer no que concerne à sua abrangência. Além disso, alguns autores adotam **conceito amplo**, enquanto outros preferem um **conceito restrito**. Nas duas hipóteses, combinam-se, em geral, três elementos para a definição: o **material** (atividades de interesse coletivo), o **subjetivo** (presença do Estado) e o **formal** (procedimento de direito público).

Em sentido amplo os servidores públicos são as pessoas físicas que prestam serviço à administração direta e indireta podendo ser estatutário, celetista ou especial e possuindo vínculo empregatício, quanto ao sentido restrito definem as pessoas legalmente investidas em cargos públicos (DI PIETRO,2018, p.124).

As leis que regem os funcionários públicos são leis específicas, sendo uma delas, a Lei Federal nº 8112/90 instituída em 11 de dezembro de 1990 normatizando os funcionários públicos na esfera federal. No Rio Grande do Sul a lei que regulariza é a lei complementar nº 10.098/94 criada em 04 de fevereiro de 1994, já no âmbito municipal as leis que regem os funcionários públicos são leis específicas municipais.

2.4 Concurso Público

Ao longo do tempo, as instituições públicas tiveram diversos métodos de seleção sendo eles: sorteio, compra e venda, sucessão hereditária, arrendamento, e os sistemas que perduram na atual Constituição Brasileira, a livre nomeação, eleições e concursos públicos, sendo apenas este último a única forma de provimento efetivo.

O método de seleção do concurso público teve sua origem na França, alicerçada no Código Civil Napoleônico que apresentava as fontes primárias do princípio de isonomia, e desde já almejava o princípio de igualdade nas relações jurídicas. Embora não esteja isento de vícios durante suas fases de elaboração, esta forma de recrutamento ao setor público ainda se apresenta isonômico e beneficiário as instituições públicas, afastando os ineficientes de exercerem as atividades de competência do serviço público.

O concurso público deve ser visto como a principal forma de seleção, tendo em vista a sua superioridade face aos métodos de recrutamento anteriormente surgidos no curso da história humana. O concurso público não se fundamenta na álea, como o sorteio; não vislumbra o cargo público como objeto, como ocorre na compra e venda, sucessão hereditária ou arrendamento; não adota como meio de seleção valores discricionários ou de índole política, como a livre nomeação e a eleição; e, enfim, é capaz de efetivamente eliminar os candidatos incapazes ao exercício da função administrativa, desde que seja bem conduzido. (MAIA, QUIEROZ 2007 P,6 apud SOUSA et al, 2011, p.19).

O concurso público é o meio republicano e isonômico de acesso ao setor público, selecionando os candidatos mais qualificados por meio de provas, que estão se tornando mais rígidas nos conteúdos cobrados, para Carvalho Filho (2001, p.472),

Concursos Públicos é o procedimento administrativo que tem por fim, aferir as aptidões pessoais e selecionar os melhores candidatos ao provimento de cargos e funções públicas. Na aferição pessoal, o Estado verifica a capacidade intelectual, física e psíquica de interessados em ocupar funções públicas e no aspecto seletivo, são escolhidos aqueles que ultrapassam as barreiras opostas no procedimento, obedecidas sempre a ordem de classificação. Cuida-se, na verdade, do mais idôneo meio de recrutamento de servidores públicos.

No Brasil, a Carta Constitucional de 1934 foi a primeira a reconhecer a importância do concurso público como método de seleção trazendo a seguinte redação,

Art. 170. (...)

2º, a primeira investidura nos postos de carreira das repartições administrativas, e nos demais que a lei determinar, effectuar-se-á depois de exame de sanidade e concurso de provas ou títulos.

Mesmo por possuir uma redação “rudimentar” e por ter pontos deficitários a serem ressalvados, a Carta Magna de 1934 impôs a necessidade do concurso para ingresso ao serviço público. Já as Constituições de 1937 e 1946 não trouxeram nenhuma inovação no que tange aos concursos públicos, contudo a Constituição de 1967 constatou a importância da exigência que os concursos públicos sejam compostos ou por provas, ou de provas e títulos, tendo a imposição da realização de provas para eliminar as incoerências ocorridas em decorrer da seleção apenas de títulos.

A Constituição de 1988 trouxe consigo vários avanços, estabelecendo diversos princípios com encargo de orientar a administração pública, e no quesito concursos públicos normatizou através de requisitos e parâmetros para o acesso de cargos, esse conjunto de normativas mais rigoroso veio para assegurar o princípio de isonomia, como cita Sousa (2011 p,30),

O art. 37, II, da Constituição de 1988 consolidou a opção primordial do legislador, quando do preenchimento de vagas em cargos públicos, pelo concurso de provas ou de provas e títulos, a ser realizado de acordo com a natureza ou complexidade das funções a serem cometidas ao agente. As nomeações livres de cargos em comissão, assim declarados em lei, têm caráter excepcional.

A definição de princípio é dada por Silva (2005 p.91) “mandamento nuclear de um sistema”, agindo com base e exerce sua influência sobre diversas outras normas, em busca de harmoniza-las. Os princípios surgiram para dar maior confiabilidade e assegurar o funcionamento como ressalta Mello (2006, p.21) a violação a um princípio reveste-se de gravidade muito maior que a violação a uma norma. Os princípios constitucionais que regem os concursos públicos são cinco explícitos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Entretanto o concurso público possui demais princípios, os conhecidos por princípios implícitos ou reconhecidos sendo eles: Princípio da acessibilidade aos cargos públicos; Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade; Princípio da supremacia do interesse público; Princípio da indisponibilidade do interesse público; Princípio da igualdade ou isonomia; Princípio da vinculação ao edital; Princípio da motivação.

Ressalta Márcio Cammarosano (1984, p. 47), que o princípio da acessibilidade oportuniza a todos brasileiros à chance igualitária ao ingresso no serviço público. Já o princípio da igualdade ou isonomia é entendido por Cintra, Dinamarco e Grinover (2003 p,57) como “balanceador” com o conceito realista de isonomia de “tratamento igual aos substancialmente iguais” e, por conseguinte, o tratamento desigual aos desiguais, “justamente para que, supridas as diferenças, se atinja a igualdade substancial”.

O Princípio da vinculação ao edital age em virtude dos princípios de legalidade e moralidade, como cita Motta (2005, p. 43-146, apud SOUSA et al, 2011, p. 74),

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório representa uma faceta dos princípios da legalidade e da moralidade. Legalidade porque o edital possui natureza jurídica de ato normativo e, como tal, tem o poder de vincular tanto a Administração quanto os demais candidatos. Moralidade porque as previsões do edital devem estar vinculadas não apenas ao que dispõe a lei, mas também aos princípios de boa-fé e padrões éticos admitidos pela sociedade. Outrossim, a própria obediência às regras estabelecidas pelo edital, por parte da Administração, constitui reflexo da aplicação do princípio da moralidade, pois é imoral que o Poder Público estatua uma coisa no instrumento convocatório e, depois, realize outra.

A elaboração dos concursos públicos é dividida em fase interna e externa. A interna contempla a identificação de necessidade de pessoal, a composição da comissão organizadora, e a contratação da banca examinadora, e por último nesta etapa ocorre a elaboração do edital, e o fim desta fase ocorre com a publicação do edital que irá normatizar o concurso público.

Através da publicação do edital tende o início da fase externa, que contará com o período de inscrição, realização das provas, correção, recursos e resultados provisórios e definitivos, e pôr fim a homologação.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa é bibliográfica de cunho qualitativo, onde se busca o aprofundamento no conhecimento através de autores renomados nos conteúdos abordados. Para Lima e Miotto (2007 p.40) a pesquisa bibliográfica é como um procedimento metodológico, que tem uma importante atuação na produção do conhecimento científico sendo capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas.

Também trata-se de pesquisa documental, já que buscou como fonte de pesquisa os editais dos concursos mais visados pelos acadêmicos, segundo Gil (2002 p.45) mesmo se assemelhando muito à pesquisa bibliográfica, a diferença entre ambas está na natureza da fonte.

Este estudo contou com um levantamento populacional prévio, junto aos acadêmicos, e também realizou um levantamento posterior para identificar os principais concursos públicos almejados pelos acadêmicos do curso de Ciências Contábeis na UNICRUZ. Fonseca (2002, apud GIL, 2010, p.45) ressalta que este tipo de pesquisa é utilizado em estudos exploratórios e descritivos, o levantamento pode ser de dois tipos: levantamento de uma amostra ou levantamento de uma população.

E por fim, o presente trabalho contou com um estudo de campo, quantitativo e qualitativo, para Gil (2010 p.52-53) mesmo possuindo algumas semelhanças ao levantamento, o estudo de campo é um método mais aprofundado, possuindo mais técnicas, tendo assim maior flexibilidade nos resultados possibilitando reformulações nos objetivos ao longo da pesquisa. Realizou-se as comparações das análises dos conteúdos programáticos de editais com a análise do ementário do curso de Ciências Contábeis da Unicruz, para Gil (2010 p.53) os procedimentos são geralmente conjurados são diversos, tais como análise de documentos. O pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, enfatizando ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação do estudo. Ainda Gil (2010 p.53) ressalta que o estudo de campo focaliza em uma comunidade, que não necessariamente geográfica, que no caso do presente trabalho é os acadêmicos do Curso de Contábeis e a UNICRUZ.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo do trabalho contém as análises decorrentes dos comparativos dos editais dos

concursos pré-selecionados em pesquisa com acadêmicos, com a grade curricular do Curso de Ciências Contábeis da UNICRUZ de 2019.

Em enquete realizada com os acadêmicos do 3º ao 8º semestres da UNICRUZ do curso de Ciências Contábeis, os mesmos foram questionados sobre os concursos que lhes agradariam a concorrer.

Assim sendo escolhidos pelos acadêmicos, concursos na esfera municipal, foram selecionados os para Auditor Fiscal e Contador mais especificadamente dos municípios de Tupanciretã-RS e Porto Alegre-RS. No âmbito estadual, concursos de Auditor da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul (SEFAZ-RS) e de Escriturário do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A (BANRISUL), para este último, o pré-requisito apenas ensino médio. Já no que tange a esfera federal foram escolhidos concursos de Auditor da receita federal, perito contábil da polícia federal e na área bancária, sendo para este último, selecionados editais para vagas de Escriturário, cargo de ensino médio, para os Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

4.1 Concursos Municipais

Na esfera municipal os concursos que foram selecionados foram os de Tupanciretã-RS cargo de Auditor Fiscal Tributário e Contador realizado em 2018, e o de Auditor Fiscal da Receita Municipal no município de Porto Alegre-RS.

Da análise do edital para Contador e Auditor Fiscal de Receitas do município de Tupanciretã-RS, pode se verificar que, ambos os cargos possuem os mesmos conteúdos programáticos. Os conteúdos cobrados são na maioria cobertos pela grade curricular do curso de Ciências Contábeis, mesmo assim a grade curricular não beneficia totalmente os conteúdos, possui vários pontos deficitários, principalmente no que tange a Contabilidade Pública e Auditoria.

A tabela abaixo conta com o conteúdo do edital de Tupanciretã-RS produzida através da comparação com a grade curricular do Curso:

Quadro 1 – Comparativo edital Tupanciretã

Conteúdos cobrados no edital presente na grade curricular	Conteúdo do edital não contemplados pela grade curricular
---	---

<p>Contabilidade Geral: Princípios de Contabilidade. Normas Brasileiras de Contabilidade. Contas: conceito, função, funcionamento, estrutura, classificação das contas, contas patrimoniais e de resultado, Plano de Contas. Patrimônio. Composição, conceitos, registro, estrutura e mensuração dos itens patrimoniais (Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido). Controles de estoques (PEPS, UEPS e média ponderada móvel) e do custo das vendas. Fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais. Balancete de Verificação. Apuração de Resultados. Avaliação de Investimentos. Principais livros e documentos contábeis, fiscais e comerciais. Escrituração. Escrituração de operações típicas. Livros de escrituração: diário e razão. Erros de escrituração e suas correções. Lançamento. Critérios para debitar e creditar. Fórmulas de lançamento. Retificação de lançamentos. Demonstrações Contábeis. Elaboração, análise e interpretação de demonstrativos contábeis. Balanço Patrimonial. Demonstração do resultado do exercício. Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Demonstração dos Fluxos de Caixa. Notas Explicativas às demonstrações contábeis. Indicadores de Liquidez. Indicadores e medidas de solvência. Indicadores de Endividamento. Indicadores de Rentabilidade. Análise vertical e horizontal (Mensuração de ativos e passivos).</p>	<p>Contabilidade Geral: Correção Monetária.</p>
<p>Contabilidade Pública: Conceito, objeto, campo de aplicação, objetivos e função social. Princípios de Contabilidade sob a perspectiva do setor público. Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Conceito. Objetivo. Estrutura. Contas do Ativo, Passivo, Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas. Resultado e Controles do Planejamento e Orçamento. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. Conceitos. Aspectos Legais. Estrutura. Elaboração e Análise. Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa. Lançamentos Contábeis Típicos do Setor Público. Orçamento Público. Conceitos e princípios orçamentários. Ciclo orçamentário. Elaboração da proposta. Estudo e aprovação. Execução. Avaliação. Processo de Planejamento-Orçamento: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA. Previsão, Fixação, Classificação e Execução da Receita e Despesa Pública. Despesa Orçamentária. Etapas da Despesa Pública. Despesa extraorçamentária. Preparação e Planejamento da Auditoria. Controle interno. Responsabilidade Fiscal. Ética Profissional.</p>	<p>Contabilidade Pública: Regimes Contábeis. Resultado e Controles do Planejamento e Orçamento. Escrituração contábil de operações típicas do setor público. Escrituração e Consolidação das Contas. Prestação de Contas. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Procedimentos Contábeis Orçamentários. Procedimentos Contábeis Patrimoniais. Procedimentos Contábeis Específicos. Demonstrativos fiscais: Relatório Resumido de Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal. Demonstrativos fiscais: Relatório Resumido de Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal. Receita Orçamentária. Etapas da Receita Pública. Receita extraorçamentária. Créditos orçamentários iniciais e adicionais. Escrituração Contábil da Receita Orçamentária e extraorçamentária. Escrituração da Despesa Orçamentária e extraorçamentária. Dívida e Endividamento. Transferências voluntárias. Destinação de recursos para o setor privado. Gestão patrimonial. Transparência, controle e fiscalização. Disposições finais e transitórias. Auditoria Governamental. Documentos de Auditoria (Papeis de Trabalho). Instrumentos de fiscalização: auditoria, levantamento, monitoramento, acompanhamento e inspeção. Identificação e Avaliação de Riscos. Evidências de Auditoria, Fraudes e Erros. Procedimentos e Testes de Auditoria. Normas gerais de direito financeiro. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária,</p>

	operacional e patrimonial. Gestão Tributária. Legislação.
--	---

As disciplinas da grade curricular que absorvem os conteúdos do concurso para Contador e Auditor Fiscal de Receitas do município de Tupanciretã-RS foram: Introdução à Teoria da Contabilidade, Contabilidade de Custos, Contabilidade Introdutória, Contabilidade I, Contabilidade II, Análise das Demonstrações Financeiras, Contabilidade e Orçamento Público I, Contabilidade e Orçamento Público II e Auditoria Contábil.

No concurso para Auditor fiscal do município de Porto Alegre-RS, que possui um conteúdo programático mais exigente, pode se analisar que na área da contabilidade geral é abrangida a maioria dos conteúdos, porém possui um déficit quando trata do conteúdo Auditoria. A tabela a seguir apresenta o comparativo dos conteúdos programáticos do edital do concurso de auditor fiscal do município de Porto Alegre-RS com a grade curricular do curso:

Quadro 2 - Comparativo edital Porto Alegre

Conteúdos cobrados no edital presente na grade curricular	Conteúdo do edital não contemplados pela grade curricular
<p>Contabilidade: 2. Patrimônio: componentes patrimoniais (ativo, passivo e situação líquida). Equação fundamental do patrimônio. 3. Fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais. 4. Conta: conceito, débito, crédito e saldo. Teorias, função e estrutura das contas. Contas patrimoniais e de resultado. Apuração de resultados. Sistema de contas, plano de contas. 5. Lançamentos: conceito, finalidade, métodos, formulas, elementos essenciais, erros e suas correções, mecanismo de débito e crédito. 6. Escrituração: conceitos e finalidade; processos de escrituração. 7. Livros contábeis obrigatórios e facultativos: finalidade; classificação; formalidades e aspectos legais. 8. Balancete de verificação: conceito, forma, apresentação, finalidade, elaboração. 9. Balanço patrimonial: obrigatoriedade e apresentação; conteúdo dos grupos e subgrupos. Elaboração. Classificação das contas; critérios de avaliação do Ativo e do Passivo; Levantamento do balanço de acordo com a NBC TG 26 (R5). 10. Demonstração do Resultado do Exercício: estrutura, características e elaboração de acordo com a lei das sociedades por ações Anexo I, II, III, IV e V do Edital de abertura_AJST2 (8311390) SEI 19.0.000107344-6 / pg. 7 Município de Porto Alegre Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Diretoria Geral de Gestão de Pessoas combinada com a NBC TG 26 (R5). Demonstração do Resultado Abrangente, conceito,</p>	<p>Contabilidade:1. Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).</p> <p>18. Dividendos: origem, tipos, pagamento de acordo com a Lei nº 6.404/76.</p> <p>19. variações monetárias, empréstimos e financiamentos: apropriação principal, juros transcorridos e a transcorrer, passivo atuarial, depósitos judiciais. Arrendamento mercantil.</p> <p>20. Tratamento das Participações Societárias, definição de influência significativa, métodos de avaliação, cálculos, apuração do resultado da equivalência patrimonial, tratamento de lucros não realizados, recebimento de lucros ou dividendos de coligadas e controladas, contabilização. Demonstrações Contábeis Consolidadas.</p> <p>21. Reorganização e reestruturação de empresas: Aspectos contábeis, fiscais e legais da reestruturação social. Os itens abordados no programa devem estar em conformidade com as normas atualizadas, exaradas pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade), CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e Legislação Societária.</p>

<p>conteúdo e forma de apresentação de acordo com a NBC TG 26 (R5). 11. Demonstração do fluxo de caixa: métodos e forma de apresentação. Elaboração de acordo com a NBC TG 03 (R3). 12. Demonstração de mutações do patrimônio líquido: conteúdo, itens evidenciáveis e forma de apresentação, de acordo com a NBC TG 26 (R5). 13. Demonstração do Valor Adicionado – DVA: conceito, forma de apresentação e elaboração de acordo com a NBC TG 09. 14. Depreciação, amortização e exaustão: conceitos, métodos e critérios de cálculo e contabilização. 15. Provisões: férias, 13º salário, liquidação de devedores duvidosos, contingências passivas. 16. Reservas e retenção de lucros: conceitos, finalidades, limites, formação e reversão de acordo com a Lei nº 6.404/76. 17. Análise das Demonstrações Financeiras: Análise horizontal e vertical; Índices e quocientes financeiros de estrutura e econômicos: índices de liquidez, de endividamento, de rentabilidade, de imobilização de capital, de rotação de estoques, de recebimentos, de pagamentos e de lucratividade; ciclos operacional e financeiro. 19. Duplicatas descontadas, aplicações financeiras, receitas e despesas financeiras, despesas antecipadas, receitas antecipadas, Folha de pagamentos: elaboração e contabilização; operações com mercadorias. 20. Tratamento das Participações Societárias, conceito de coligadas e controladas, 21. Reorganização e reestruturação de empresas: Processos de incorporação, fusão, cisão e extinção de empresas.</p>	
<p>Auditoria: 1. Auditoria: conceitos, tipos, objetos, objetivos e exercícios práticos.</p> <p>2. Distinção entre auditoria interna, auditoria independente e perícia contábil.</p> <p>3. Procedimentos de auditoria.</p> <p>7. Normas de execução dos trabalhos de auditoria, responsabilidade e sigilo. Uso do trabalho de outros profissionais.</p> <p>8. Planejamento da auditoria.</p> <p>13. Estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos.</p> <p>28. Normas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, vigentes na data do presente edital.</p>	<p>Auditoria: 4. Testes de observância. 5. Testes substantivos. 6. Papeis de trabalho e documentação de auditoria. 9. Fraude e erro. 10. Relevância na auditoria. 11. Riscos da auditoria. 12. Supervisão e controle de qualidade. 14. Continuidade normal dos negócios da entidade. 15. Amostragem: tamanho, tipos e avaliação dos resultados. 16. Processamento eletrônico de dados. 17. Estimativas contábeis. 18. Transações com partes relacionadas. 19. Contingências. 20. Transações e eventos subsequentes. 21. Evidência em auditoria. 22. Avaliação do negócio. 23. Carta de responsabilidade da administração. 24. Pareceres de auditoria: conceitos, características e aplicabilidade dos diversos tipos de parecer de auditoria. 25. Presunção de omissão de receitas: ativos ocultos ou fictícios, passivos ocultos ou fictícios, saldo credor na conta caixa, suprimentos não comprovados, diferenças em levantamentos quantitativos por espécie, diferenças em levantamentos econômicos ou financeiros, omissão do registro de pagamentos efetuados. 26. Auditoria dos componentes patrimoniais (contas e grupos de contas): ativo circulante, ativo realizável a longo prazo, ativo permanente, passivo circulante, passivo exigível a longo prazo, resultados de exercícios futuros,</p>

	patrimônio líquido. 27. Auditoria das contas de resultado: receitas, despesas e custos.
--	---

A grade curricular do curso possui disciplinas não especificamente voltadas à contabilidade, como Fundamentos de Direito Civil e Empresarial, Direito Tributário, Modelos Matemáticos e Financeiros e Estatística.

No comparativo do edital com a grade curricular do curso, observa-se que a mesma absorve 25% do conteúdo de Direito Empresarial e Civil, cobrado no edital do concurso. Já quanto a disciplina de Direito Tributário, a grade curricular abrange 71% dos conteúdos constantes no edital. A grade curricular contempla ainda 33% das matérias de Matemática Financeira, e 8% dos conteúdos de Estatísticas cobrados no edital, presente nas disciplinas de Modelos Matemáticos e Financeiros e Estatística respectivamente.

4.2 CONCURSOS ESTADUAIS

O concurso selecionado no âmbito estadual foi para Auditor-Fiscal da Receita Estadual, Classe A, realizado em 2018. O processo seletivo é dividido em blocos, que são subdivididos em disciplinas na qual se encontra as voltadas para Contabilidade e a Auditoria Contábil.

A área da contabilidade está dividida em: Contabilidade Geral, Análise Empresarial e Financeira, Contabilidade Avançada, Contabilidade de Custos e Auditoria contábil e fiscal. Pode-se verificar que a grade curricular do curso contempla perfeitamente as disciplinas de Contabilidade Geral e Análise empresarial e contábil.

Na tabela a seguir são analisadas as demais disciplinas cobradas no edital para Auditor-Fiscal da Receita Estadual, Classe A comparando com a grade curricular do curso:

Quadro 3- Comparativo edital Auditor Fiscal da Receita Estadual

Conteúdos cobrados no edital presente na grade curricular	Conteúdo do edital não contemplados pela grade curricular
Contabilidade Avançada. 1 Conteúdo integral da disciplina Contabilidade Geral e ainda: Critérios de avaliação e baixas das contas do Ativo – Investimentos, Imobilizado e Intangível. 2 Contabilização de vendas, compras, devoluções, abatimentos, despesas e receitas operacionais e outras receitas e despesas. 3 Consolidação das	Contabilidade Avançada. 5 Redução ao valor recuperável de ativos: Objetivo, alcance, definições, procedimentos, divulgação e demais aspectos objeto da Resolução CFC nº 1.292/2010, e suas alterações. 6 Ativo intangível: demais aspectos objeto da Resolução CFC nº 1.303/2010, e suas alterações. Conceitos e procedimentos: Reconhecimento e mensuração.

<p>Demonstrações Contábeis: Conceito e objetivos da consolidação, procedimentos e critérios contábeis aplicados, obrigatoriedade e divulgação. 4 Reorganização e reestruturação de empresas: Incorporação, fusão, cisão e extinção de empresas - Aspectos contábeis, fiscais, legais e societários da reestruturação social.6 Ativo intangível: Objetivo, alcance, definições, procedimentos.7 Ajuste a valor presente: Objetivo, alcance, definições, procedimentos, divulgação e demais aspectos objeto da Resolução CFC nº 1.151/2009, e suas alterações.</p>	<p>Reconhecimento de despesa. Mensuração após reconhecimento. Vida útil. Ativo intangível com vida útil definida e indefinida. Recuperação do valor contábil – perda por redução ao valor recuperável de ativos. Baixa e alienação.</p>
<p>CONTABILIDADE DE CUSTOS: 1 Conceitos gerais e terminologia aplicável à contabilidade de custos. 2 Conceitos e classificação dos custos. 3 Apropriação dos custos à produção: conceito e critérios de atribuição dos custos. 4 Departamentalização: conceito, tratamento contábil, forma de apropriação e impacto no custo do produto. 5 Taxa de aplicação dos custos indiretos de produção. 9 Tipos de custeio: conceitos, diferenciações, apropriação dos custos, impactos nos resultados. 10 Formas de controle dos custos.14 Margem de contribuição: conceito, cálculos e aplicação. 15 Análise do custo x volume x lucro. 16 Variações do ponto de equilíbrio. 17 Grau de alavancagem operacional. 18 Margem de segurança.</p>	<p>CONTABILIDADE DE CUSTOS:6 Apuração da produção acabada, dos produtos em elaboração e dos produtos vendidos. 7 Utilização de equivalentes de produção. 8 Tipos de produção (conceito, aplicabilidade, tratamento contábil e apropriação dos custos): produção por ordem, produção contínua, produção conjunta.11 Custos estimados: conceito, tratamento contábil, análise das variações. 12 Custos controláveis: conceito, tratamento contábil e aplicação. 13 Custo padrão: conceito, tratamento contábil, aplicação e análises das variações.</p>
<p>I AUDITORIA CONTÁBIL 1 Auditoria: conceitos, objetivos e exercícios práticos. 2 Distinção entre auditoria interna, auditoria independente e perícia contábil. 3 Procedimentos de auditoria. 7 Normas de execução dos trabalhos de auditoria. 8 Planejamento da auditoria.21 Evidência em auditoria.</p>	<p>I AUDITORIA CONTÁBIL:4 Testes de observância. 5 Testes substantivos, 6 Papéis de trabalho e documentação de auditoria.9 Fraude e erro. 10 Relevância na auditoria. 11 Riscos da auditoria. 12 Supervisão e controle de qualidade. 13 Estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos. 14 Continuidade normal dos negócios da entidade. 15 Amostragem: tamanho, tipos e avaliação dos resultados. 16 Processamento eletrônico de dados. 17 Estimativas contábeis. 18 Transações com partes relacionadas. 19 Contingências. 20 Transações e eventos subsequentes.22 Avaliação do negócio. 23 Carta de responsabilidade da administração. 24 Pareceres de auditoria. 25 Parecer sem ressalva. 26 Parecer com ressalva. 27 Parecer adverso. 28 Parecer com abstenção de opinião, parágrafo de ênfase. 29 Princípios de contabilidade e estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: NBC TSP Estrutura Conceitual/2016 e Resolução CFC nº 1.374/2011</p>

Entre as matérias de contabilidade avançada e contabilidade de Custos, a grade curricular do curso apresentam alguns pontos deficitários em vista dos conteúdos cobrados pelo edital. Porém o ponto mais agravante é visto ao analisar a matéria de Auditoria Contábil onde pode se notar que

a ementa do curso contempla somente 5 dos 29 itens cobrados no edital.

4.3 CONCURSOS FEDERAIS

Nessa esfera foram selecionados os editais dos concursos para Auditor da Receita Federal realizado em 2014, e Perito Criminal Federal/área 1 da Polícia Federal realizado em 2018.

Dentre os concursos para bacharéis de ciências contábeis na esfera federal um dos mais visados senão o mais almejado é para Auditor da Receita Federal, sendo o seu último edital lançado em 2014. Seu processo seletivo é dividido em blocos apresentando na área contábil um conteúdo programático complexo. Através do comparativo do edital com a grade curricular do curso, pode-se verificar no que tange os conteúdos sobre contabilidade geral e avançado que a ementa dessas disciplinas abrange mais da metade dos conteúdos cobrados. Já quando se trata em Auditoria pode-se ver que possui menor abrangência cobrindo menos da metade dos conteúdos do edital:

Quadro 4 - Edital Receita Federal

Conteúdos cobrados no edital presente na grade curricular	Conteúdo do edital não contemplados pela grade curricular
<p>CONTABILIDADE GERAL E AVANÇADA: 1. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). 2. Patrimônio: componentes patrimoniais, ativo, passivo e situação líquida. Equação fundamental do patrimônio. 3. Fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais. 4. Sistema de contas, contas patrimoniais e de resultado. Plano de contas. 5. Escrituração: conceito e métodos; partidas dobradas; lançamento contábil – rotina, fórmulas; processos de escrituração. 6. Provisões Ativas e Passivas, tratamento das Contingências Ativas e Passivas. 7. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. 8. Ativos: estrutura, grupamentos e classificações, conceitos, processos de avaliação, registros contábeis e evidenciações. 9. Passivos: conceitos, estrutura e classificação, conteúdo das contas, processos de avaliação, registros contábeis e evidenciações. 10. Patrimônio líquido: capital social, adiantamentos para aumento de capital, ajustes de avaliação patrimonial, prejuízos acumulados, reservas de capital e de lucros, cálculos, constituição, utilização, reversão, registros contábeis e formas de evidenciação. 11. Balancete de verificação: conceito, forma, apresentação, finalidade, elaboração. 14. Apuração do deságio: cálculos, amortizações e forma de evidenciação. 16. Tratamento das Depreciações,</p>	<p>CONTABILIDADE GERAL E AVANÇADA: Patrimônio líquido: ações em tesouraria. 12. Ganhos ou perdas de capital: alienação e baixa de itens do ativo. 13. Tratamento das Participações Societárias, conceito de coligadas e controladas, definição de influência significativa, métodos de avaliação, cálculos, apuração do resultado de equivalência patrimonial, tratamento dos lucros não realizados, recebimento de lucros ou dividendos de coligadas e controladas, contabilização. 14. Apuração e tratamento contábil da mais valia, do goodwill. 15. Redução ao valor recuperável, mensuração, registro contábil, reversão. 17. Tratamentos de Reparo e conservação de bens do ativo, gastos de capital versus gastos do período. 18. Debêntures, conceito, avaliação e tratamento contábil. 19. Tratamento das partes beneficiárias. 21. tratamento contábil e cálculo das variações monetárias, das receitas e despesas financeiras, empréstimos e financiamentos: apropriação de principal, juros transcorridos e a transcorrer e tratamento técnico dos ajustes a valor presente. 24. Passivo atuarial, depósitos judiciais, definições, cálculo e forma de contabilização. 25. Operações com mercadorias, fatores que alteram valores de compra e venda, forma de registro e apuração do custo das mercadorias ou dos serviços vendidos. 26. Tratamento de operações de arrendamento mercantil. 27. Ativo Não Circulante</p>

<p>amortização e exaustão, conceitos, determinação da vida útil, forma de cálculo e registros. 20. Operações de Duplicatas descontadas, cálculos e registros contábeis. 21. Operações financeiras ativas e passivas. 22. Despesas antecipadas, receitas antecipadas. 23. Folha de pagamentos: cálculos, tratamento de encargos e contabilização. 28. Ativos Intangíveis, conceito, apropriação, forma de avaliação e registros contábeis. 30. Apuração do Resultado, incorporação e distribuição do resultado, compensação de prejuízos, tratamento dos dividendos e juros sobre capital próprio, transferência do lucro líquido para reservas, forma de cálculo, utilização e reversão de Reservas. 31. Conjunto das Demonstrações Contábeis, obrigatoriedade de apresentação e elaboração de acordo com a Lei n. 6.404/76 e suas alterações e as Normas Brasileiras de Contabilidade atualizadas. 32. Balanço Patrimonial: obrigatoriedade, apresentação; conteúdo dos grupos e subgrupos. 33. Demonstração do Resultado do Exercício, estrutura, evidenciação, características e elaboração. 34. Apuração da receita líquida, do lucro bruto e do resultado do exercício, antes e depois da provisão para o Imposto sobre Renda, contribuição social e participações. 35. Demonstração do Resultado Abrangente, conceito, conteúdo e forma de apresentação. 36. Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, conceitos envolvidos, forma de apresentação e conteúdo. 37. Demonstração do Fluxo de Caixa: obrigatoriedade de apresentação, conceitos, métodos de elaboração e forma de apresentação. 38. Demonstração do Valor Adicionado – DVA: conceito, forma de apresentação e elaboração. 41. Análise das Demonstrações. Análise horizontal e indicadores de evolução. Índices e quocientes financeiros de estrutura, liquidez, rentabilidade e econômicos.</p>	<p>Mantido para Venda, Operação Descontinuada e Propriedade para Investimento, conceitos e tratamento contábil. 29. Tratamento dos saldos existentes do ativo diferido e das Reservas de Reavaliação. 39. Mensuração a Valor justo e apuração dos ativos líquidos – conceitos envolvidos, cálculos e apuração e tratamento contábil. 40. Subvenção e Assistência Governamentais – conceitos, tratamento contábil, avaliação e evidenciação.</p>
<p>AUDITORIA: 1. Normas vigentes de auditoria independente, emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. 2. Conceitos de auditoria e sobre a pessoa do auditor. 4. Ética profissional. 10. Planejamento da Auditoria. 12. Execução dos trabalhos de auditoria. 15. Evidenciação. 17. Utilização de trabalhos da auditoria interna. 25. Formas e tipos.</p>	<p>AUDITORIA: 3. Responsabilidade legal. 5. Objetivos gerais do auditor independente. 6. Concordância com os termos do trabalho de auditoria independente. 7. Documentação de auditoria. 8. Controle de qualidade da auditoria de Demonstrações Contábeis. 9. Fraudes e a Responsabilidade do Auditor. 11. Avaliação das distorções Identificadas. 13. Materialidade e Relevância no planejamento e na execução dos trabalhos de auditoria. 14. Auditoria de estimativas Contábeis. 16. Amostragem. 18. Independência nos trabalhos de auditoria. 19. Relatórios de Auditoria. 20. Eventos subsequentes. 21. Normas e Procedimentos de Auditoria emitidas pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. 22. Auditoria no Setor Público Federal. 23. Finalidades e objetivos da auditoria governamental. 24. Abrangência de atuação. 26. Normas relativas a execução dos trabalhos.</p>

O edital para Perito Criminal Federal/área 1 da Polícia Federal analisado foi o realizado em 2018, em provas objetivas e discursivas. As provas objetivas são divididas em blocos de conhecimentos básicos e específicos, no qual conta com conteúdo envolvendo Ciências Contábeis.

A análise do conteúdo específico comparando do edital com a grade curricular do curso está presente na tabela abaixo:

Quadro 5- Edital Polícia Federal

Conteúdos cobrados no edital presente na grade curricular	Conteúdo do edital não contemplados pela grade curricular
<p>Contabilidade Geral. 1.1 Teoria Contábil. 1.2 Normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). 1.3 Princípios Fundamentais da Contabilidade (CFC).</p> <p>2 Contabilidade comercial. 2.1 Operações com mercadorias. 2.2 Estoques. 2.3 Impostos sobre compras e vendas. 2.4 Provisão para devedores duvidosos. 2.5 Folha de pagamento.</p> <p>3 Contabilidade avançada. 3.1 Investimentos. 3.2 Reavaliação de ativos. 3.4 Consolidação de demonstrações financeiras. 3.5 Concentração e extinção de sociedades. 3.6 Matriz e filial. 3.7 Conversão de demonstrações contábeis em moedas estrangeiras.</p> <p>4 Contabilidade societária. 4.1 Companhias abertas. 4.2 Normas da comissão de valores mobiliários (CVM) e do mercado. 4.3 Lei nº 6.404/1976 e suas alterações e legislação complementar</p> <p>5 Custos. 5.1 Conceitos e Classificações. 5.2 Custos para Controle. 5.3 Sistemas de custos. 5.4 Custos para Decisão.</p> <p>7 Contabilidade tributária. 7.1 Imposto de renda pessoa jurídica. 7.2 Contribuição social sobre o lucro líquido.</p> <p>9 Análise das demonstrações contábeis. 9.1 Análise horizontal e vertical das demonstrações contábeis. 9.2 Estudo do capital de giro e do capital circulante líquido. 9.3 Alavancagem financeira e operacional.</p> <p>10 Auditoria. 10.1 Normas profissionais do auditor independente. 10.2 Normas de auditoria independente das demonstrações contábeis (conceituação e disposições gerais, normas de execução dos trabalhos e normas do parecer dos auditores independentes). 10.3 Normas de Auditoria Internacional.</p> <p>11 Contabilidade pública. 11.1 Conceito, objeto e regime. 11.2 Campo de aplicação. 11.4 Receita e despesa pública. 11.5 Receitas e despesas orçamentárias e extra-orçamentários. 11.6 Plano de contas da administração federal. 11.9 Balanço e</p>	<p>2 Contabilidade comercial. 2.6 Operações comerciais e bancárias.</p> <p>3 Contabilidade avançada. 3.3 Transações entre partes relacionadas 3.8 Efeitos inflacionários sobre o patrimônio das empresas.</p> <p>6 Contabilidade bancária: princípios gerais do Capítulo 1 das Normas Básicas do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).</p> <p>8 Contabilidade Internacional. 8.1 Contabilidade no contexto internacional. 8.2 Sistemas contábeis no âmbito internacional. 8.3 Padronização e harmonização contábil. 8.4 Normas internacionais de contabilidade: IAS e IFRS. 8.5 Contabilidade comparada: principais diferenças na aplicação das normas brasileiras e internacionais. 8.6 Processo de convergência às normas internacionais de contabilidade.</p> <p>10. Auditoria. 10.2 Normas de auditoria independente das demonstrações contábeis (conceituação e disposições gerais, normas de execução dos trabalhos e normas do parecer dos auditores independentes). 10.3 Normas de Auditoria Internacional.</p> <p>11 Contabilidade pública. 11.3 Legislação básica (Lei nº 4.320/1964 e suas alterações; Decreto nº 93.872/1986 e suas alterações). 11.7 Tabela de eventos. 11.8 SIAFI</p> <p>12 Administração financeira e orçamentária. 12.4 Orçamento-programa. 12.5 Planejamento no orçamento-programa. 12.6 Orçamento na Constituição Federal. 12.10 Tipos de créditos orçamentários.</p>

<p>demonstrações das variações patrimoniais.</p> <p>12 Administração financeira e orçamentária. 12.1 Orçamento público. 12.2 Orçamento público no Brasil. 12.3 O ciclo orçamentário. 12.7 Conceituação e classificação de receita pública. 12.8 Classificação orçamentária de receita pública por categoria econômica no Brasil. 12.9 Classificação de gastos públicos. 12.11 Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações (Lei de Responsabilidade Fiscal).</p>	
---	--

O presente comparativo é o mais complexo dentre os analisados, por possuir inúmeras áreas onde a grade curricular se mostra abrangente aos conteúdos de forma perfeita, como podemos ver nos conteúdos Contabilidade Geral, Custos, Contabilidade Tributária e Análise das demonstrações contábeis.

Por outro lado em outros segmentos a grade curricular atende os conteúdos de forma parcial, como vistos nos conteúdos de Contabilidade Comercial, Contabilidade Avançada, Contabilidade Societária, Auditoria, Contabilidade Pública e Administração financeira e orçamentária. Mas o mais preocupante verificado no comparativo, é que o edital apresenta conteúdos de disciplinas que não constam na grade curricular do curso, sendo Contabilidade Bancária e Internacional.

Todavia, como um ponto relevante a ser ressaltado é que mesmo não sendo disciplinas específicas sobre contabilidade a grade curricular beneficia os acadêmicos, ofertando as que são cobradas no edital como Direito Tributário, Estatística, Matemática financeira e Mercado de capitais.

4.4 CONCURSOS BANCÁRIOS

Dentre os concursos foram selecionados na enquete com acadêmicos, do Banco Do Estado Do Rio Grande Do Sul (BANRISUL), Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Os editais dos concursos bancários possuem uma peculiaridade, sendo a sua escolaridade requerida, já que apenas exige o ensino médio ou equivalente, não sendo necessária a formação acadêmica em ensino superior.

Não foi possível fazer análises mais aprofundadas, vistos que os editais não cobram conteúdo específicos sobre contabilidade, porém a grade curricular apresenta fragmentos dos

conteúdos de Estatísticas, Matemática financeira e Conhecimentos Bancários (Mercado financeiros) cobrados no edital, que são apresentados nas disciplinas de Estatísticas, Modelos Matemáticos e Financeiros e Finanças Corporativas.

4.5 Considerações finais

No mercado de trabalho atual cada vez mais concorrido e com alto índice de desemprego que assola a população, os bacharéis de Ciências Contábeis podem seguir os concursos públicos, visto a estabilidade e a segurança que apresentam.

Este trabalho se propôs a analisar editais dos concursos mais almejados segundo os acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis da UNICRUZ comparando com as disciplinas oferecidas pela grade curricular do curso de Ciências Contábeis.

Por meio da análise dos editais selecionados foi constatado que os conteúdos mais presentes nos conteúdos programáticos para concursos, foram Contabilidade básica, vista em todos editais (exceto nos editais dos concurso bancários), Contabilidade Pública, Auditoria e Análise de Demonstrações Contábeis. Já aparecendo em menor frequência foi o conteúdo de Contabilidade de Custos.

Por intermédio dos resultados de pesquisa desse trabalho pode se concluir que a grade curricular do curso de ciências contábeis abrange parcialmente os conteúdos programáticos dos editais dos concursos selecionados. No que tange a contabilidade básica em geral a grade curricular do curso atende em grande maioria os conteúdos cobrados.

As disciplinas específicas da grade curricular que apresentaram conteúdos cobrados nos concursos foram: Introdução à Teoria da Contabilidade, Contabilidade Introdutória, Contabilidade I, Contabilidade II, Contabilidade de Custos, Contabilidade e Orçamento Público I, Análise de Custos, Análise das Demonstrações Financeiras, Contabilidade e Orçamento Público II, Contabilidade III, Administração Financeira I, Contabilidade Tributária II, Administração Financeira II, Auditoria Contábil, Ética e Responsabilidade Social do Contador e Contabilidade Rural.

Sendo as disciplinas mais presentes, Contabilidade I, II, III e Introdutória, Análise de demonstrações Contábeis e Auditoria.

Um dos pontos que positivos que vale a pena ser ressaltado é que a grade curricular incorpora disciplinas que não são específicas da contabilidade, mas cobrados nos concursos analisados, como por exemplo: Direito Tributário, Estatística, Finanças Corporativas e Matemática financeira (modelos Matemáticos e Financeiros).

Através dos resultados de pesquisa verificou-se que o conteúdo de contabilidade geral cobrado nos concursos, são contemplados pela grade curricular do curso em grande parte dos conteúdos cobrados, mesmo possuindo alguns pontos deficitários.

As áreas da grade curricular do curso que apresentam déficit são nas voltadas para Contabilidade Pública, Contabilidade de Custos e Auditoria. Porém o ponto mais agravante é a ausente de matérias como Contabilidade Bancária e Contabilidade Internacional.

Embora a grade curricular possua alguns pontos deficitários, a grade mostra pontos positivos pois apresenta grande maioria dos conteúdos programáticos cobrados nos editais analisados.

O curso de ciências contábeis embora apresenta alguns pontos deficitários, se mostra através da sua grade curricular eficiente quando se tange os conteúdos programáticos cobrados em concursos públicos.

Como sugestão para estudos futuros, aconselho a análise que seja nos conteúdos programáticos das disciplinas ao invés de analisar o ementário, visto que, os conteúdos programáticos são mais detalhados.

Já as lacunas vistas na grade curricular, nas disciplinas voltadas a Contabilidade Pública, Contabilidade de custos e Auditoria, e a inexistência de disciplinas voltadas para contabilidade Internacional e contabilidade bancária, visto a sua relevância desses conteúdos em diversos editais sugere-se uma revisão na grade curricular nas disciplinas voltadas a estas áreas.

REFERÊNCIAS

AGENCIA NOTICIAS,IBGE. **Desemprego sobe para 12,7% com 13,4 milhões de pessoas em busca de trabalho**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24283-desemprego-sobe-para-12-7-com-13-4-milhoes-de-pessoas-em-busca-de-trabalho>>. Acesso em 19 de maio. 2019

AMARAL, Helena Kerr do. **Desenvolvimento de competências de servidores na administração pública brasileira**. 2006

ALBRECHT, PricilaAnnyTomachski; KRAWULSKI, Edite. Concurseiros e a busca por um emprego estável: reflexões sobre os motivos de ingresso no serviço público. **Cadernos de psicologia social do trabalho**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 211-226, 2011. Acesso em: 05 de abr. 2019

ALVES, Domitila Duarte SERVIÇOS PÚBLICOS. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, ano MMXIV, Nº. 000064, 27/11/2014. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/servicos-publicos> Acessado em: 29/05/2019.
ALEGRE, PORTO, Edital De Abertura 86/2019 Concurso Público Para Provimento Do Cargo De Auditor De Controle Interno. Disponível em: http://publicacoes.fundatec.com.br/portal/concursos/editais/edital_63544500762c.pdf. Acesso em: out, 2019

BANRISUL, Banco Do Estado Do Rio Grande Do Sul - Banrisul Concurso Público Edital Nº 01/2018. Disponível em: https://www.concursosfcc.com.br/concursos/banrs118/edital_de_abertura_escriturario_13_12.pdf. Acesso em: Out, 2019.

BRASIL, Edital De Abertura Seleção Externa 2018/001 Edital Nº 01 - 2018/001, Disponível em: http://www.cesgranrio.org.br/pdf/bb0118/bb0118_edital.pdf. Acesso em: out, 2019

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm; Acesso em: 28 maio. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm; Acesso em: 23 maio. 2019.

CAIXA. Concurso Público Para Formação De Cadastro De Reserva Para O Cargo De Técnico Bancário Novo – Carreira Administrativa Edital Nº 1 – Caixa, De 22 De Janeiro De 2014. Disponível em: http://www.cespe.unb.br/concursos/CAIXA_14_NM/arquivos/ED_1_CAIXA_2014_NM__EDITAL_DE_ABERTURA__SEM_ANEXO_2_.PDF. Acesso em: Out, 2019.

CEZNE, Andrea Nárriman. O conceito de serviço público e as transformações do Estado contemporâneo. id/496899, 2005.

DARÉ, Eduardo Freguglia et al. **Desigualdade da distribuição da renda no Brasil= a contribuição dos rendimentos do funcionalismo público.** Dissertação, UNICAMP, Campinas, 2011. Acesso:<<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286041>>

DI PIETRO, Maria sylviazanella. **Direito Administrativo.** 31. Ed. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530979577/recent>>biblioteca digital acessado em 10/06/19.

DO SUL, RIO GRANDE. **Lei Complementar nº 10.098, de 03 de fevereiro de 1994 (Estatuto e regime jurídico único dos servidores públicos civis do Estado do Rio Grande do Sul).** Diário Oficial do Estado, Porto Alegre, RS, v. 4, n. 02, 1994.Disponível:<<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/10.098.pdf>> acessado em: 25 de jun de 2019.

FAZENDA, Secretaria da. Concurso Público Para O Provimento De Vagas No Cargo De Auditor-Fiscal Da Receita Estadual, Classe A Edital Nº 1 – Sefaz/RS. Disponível em: http://www.cespe.unb.br/concursos/SEFAZ_RS_18_AUDITOR/arquivos/ED%201%202018%20SEFAZ_RS_AUDITOR_18%20-%20Abertura.pdf. Acesso em: out, 2019.

FAZENDA, Ministério. Edital Esaf Nº 18, De 07 De Março De 2014(*) Concurso Público Para Provimento De Cargos De Auditor-Fiscal Da Receita Federal Do Brasil. Disponível em: <https://dhg1h5j42swfq.cloudfront.net/2019/03/11115032/Edital-Receita-Federal-2014-Auditor-Fiscal.pdf>. Acesso em: out, 2019.

FEDERAL, Policia. Concurso Público Para Provimento De Vagas Nos Cargos De Delegado De Polícia Federal, Perito Criminal Federal, Agente De Polícia Federal, Escrivão De Polícia Federal E Papioscopista Policial Federal. Disponível em: http://www.cespe.unb.br/concursos/pf_18/arquivos/ED_1_DPF_2018___ABT.PDF. Acesso em: out, 2019.

FEITOSA, Gustavo Raposo Pereira; PASSOS, Daniela Veloso Souza. **O concurso público e as novas competências para o exercício da magistratura: uma análise do atual modelo de seleção. Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos,** Florianópolis, v. 38, n. 76, p. 131-154, 2017.

GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti et al. **O serviço público e a Constituição brasileira de 1988.** 2001.

IG. Economia. **Desemprego sobe para 12,4% em fevereiro e atinge 13,1 milhões de brasileiros.** Disponível em: <<https://economia.ig.com.br/2019-03-29/desemprego-fevereiro-ibge.html>>. Acesso em 28 de mar. 2019

KAWABATA, Priscila Etsuco; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Competências e habilidades solicitadas em concursos públicos para a atuação profissional do arquivista. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, Mariliav. 2, n. 1, p. 84-116, 2015.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 21. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

NAVES, Débora Ribeiro. PROCESSO ADMINISTRATIVO DO CONCURSO PÚBLICO. **Direito & Realidade**, Monte Carmelo, v. 6, n. 5, 2018. Acesso em : 05 de abr. 2019

NEGREIROS, Regina Coeli Araújo. **ÉTHOS, EDUCAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO: Uma tríade basilar na construção de uma sociedade saudável**. TCC (Especialização em Gestão Pública). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. João Pessoa, 2014.

Nogueira, R. P. (2005). **Novas tendências internacionais da força de trabalho do Setor público: o Brasil comparado com outros países**. Universidade de Brasília. Recuperado em 10 de junho, 2008, de http://www.opas.org.br/rh/admin/documentos/rpn_port.pdf

SIMOES, Priscila Pessoa; MARQUEZ, Suely Oliveira Moraes. Concursos públicos em biblioteconomia: estudo do Curso de Biblioteconomia da Ufam em relação a provas aplicadas no Amazonas. **RBBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo v. 11, p. 255-274, 2015

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2005, p.91.

SOUSA, Alice Ribeiro de et al. **O processo administrativo do concurso público**. 2011.

TUPANCIRETA, Município de Tupanciretã/RS CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017 Edital nº 041/2017 Edital de Abertura das Inscrições. Disponível em: https://www.objetivas.com.br/arquivos/2017/12/2QRySZ8nkr_edital.pdf. Acesso em: out. 2019

UNICRUZ, Projeto Pedagógico Do Curso De Ciências Contábeis. Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/wp-content/uploads/2019/10/PPC-Ci%C3%A4ncias-Cont%C3%A1beis-2019.pdf> . Acesso em: out. 2019.